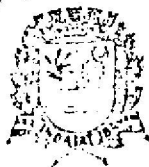




CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 1842/1981		
Ementa DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE USO DE BEM MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAIRÚ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
Data da Norma 08/05/1981	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 16/12/2021	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 7728/2021	Efeito da Norma Relacionada Revogada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

CI

LEI Nº 1.842 DE 08 DE MAIO DE 1981.
=====

"Dispõe sobre concessão de uso de bem municipal à Associação Beneficente Cairú e dá outras providências".

DR. CLAIN FERRARI, Prefeito Municipal de Indaiatuba usando das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante contrato, conceder à Associação Beneficente Cairú, o uso dos seguintes lotes da Quadra R do Desmembramento - Parque das Nações, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal:

I - Lote nº 28, que mede 10 metros de frente para a rua 14; 25 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, e 10 metros nos fundos, dividindo de um lado com o lote nº 27, de outro lado com o lote nº 29, e nos fundos com o lote nº 8, perfazendo a área de 250,00 m².

II - Lotes nº 29, que mede 10 metros de frente para a rua 14; 25 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, e 10 metros nos fundos, dividindo de um lado com o lote nº 28, de outro lado com o lote nº 30 e nos fundos com o lote nº 7, perfazendo a área de 250,00 m².

Art. 2º - A concessão de uso do imóvel descrito no artigo anterior vigorará pelo prazo de 40 (quarenta) anos.

Art. 3º - A concessionária ficará obrigada a, no uso dos imóveis a que se refere o artigo 1º, destiná-lo exclusivamente a fins de assistência e promoção social, especialmente à assistência aos surdos-mudos.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei ficará automaticamente revogada, sujeitando-se a concessionária à devolução da posse dos imóveis com todas as benfeitorias nele construídas, independentemente de qualquer indenização, nos casos de:

I - A concessionária não der início à construção de um prédio destinado ao funcionamento de suas atividades assistenciais, com um mínimo de 150 m² no prazo de um

CONSERVIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

II - A concessionária alterar a destinação do imóvel;


III - Dissolução da concessionária.

Art. 5º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão de uso de que trata esta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 08 de maio de 1981.


DR. CLAIN FERRARI
PREFEITO MUNICIPAL